

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª

(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

## TÍTULO I

Outras disposições

## CAPÍTULO IX

Outras disposições

### Artigo 143.º - A

#### Inventário sobre Espécies Arbóreas

- 1 - Em 2023, o Governo procede à realização do Inventário sobre Espécies Arbóreas, procedendo-se ao levantamento, por espécie, do seu número e distribuição em território nacional.
- 2 – O Inventário previsto no número anterior deve ser acompanhado, por espécie e sua localização em território nacional, das ameaças que padecem no momento actual.
- 3 – Quando possível, o Estado promoverá, para a realização do Inventário previsto no número anterior, a participação das demais entidades com conhecimento do sector bem como Instituições de Ensino.

Nota Justificativa:

Nos últimos anos, a floresta tem sido matéria de constante apreciação por parte do poder político, sendo clara a necessidade, até para efeitos da sua protecção, de se promover um conhecimento mais profundo das suas características, circunstância que se considera possível pela realização de um inventário que permita fazer o levantamento das espécies arbóreas que a compõem.

A realização de um inventário nos moldes anteriormente apresentado, seria um importante instrumento de trabalho e gestão, não só porque providenciará o acesso a um estudo detalhado das espécies arbóreas existentes em território nacional, bem como conhecer da sua densidade territorial e inclusivamente, da matéria combustível existente, rubrica muito útil quanto à compreensão dos perigos e consequentes necessidades preventivas quanto à deflagração de incêndios.

A exemplo, sendo a floresta portuguesa tão multifacetada e composta por realidades tão distintas como montados, eucaliptais, pinhais, folhosas caducifólias como castanheiros e carvalhos, ou áreas de mato e pastagem, variando a sua natureza variam também os modelos de cuidado e manutenção a executar, cuidados esses só possíveis de individualizar pelo conhecimento claro da sua presença em número e dispersão.

Dispondo de um instrumento desta natureza, o Estado teria assim na sua posse uma caracterização fiel da área florestal portuguesa e um conhecimento quantitativo e qualitativo muito mais objectivo da sua densidade e disseminação.

Para o devido efeito, compreendendo que o Estado Central, por si só, pode em determinadas rubricas e zonas territoriais não ser detentor de toda a informação necessária a promover o mencionado Inventário, propõe-se com esta medida que sempre que possível, possa o mesmo convocar a este trabalho, até por uma questão de proximidade, a participação das mais variadas entidades do sector, instituições de ensino como universidades ou centros de investigação ou até mesmo organizações não governamentais ou representantes de organismos públicos da área.

Por outro lado, a par da já invocada necessidade de proceder a este Inventário para melhor conhecer o território no que à presença arbórea diz respeito e consequente possibilidade de mais agilmente poder adoptar comportamentos preventivos face à realidade incendiária que muito tem aumentado em Portugal nos anos anteriores, o trabalho em causa auxiliaria também, através de catalogação arbórea que compreende, à compreensão dos desafios que se colocam pelo processo de alterações climáticas em curso e ameaças ambientais que dele decorrem.

São Bento, 3 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa